



2. Entre o Mar e o Amor... Guerra e Romance no Brasil Contemporâneo

Ana Paula Palamartchuk¹

“O que se passava em seu pensamento agravava-se
com o que as emissoras irradiavam. O mundo estava confuso.

As nações discutiam
pelas estações de rádio e brigavam pelas armas.

Desligou o aparelho.
Permaneceu imóvel, o olhar fixo em alguma coisa longe.”

(Aníbal Machado, Entre o mar e o amor... 1942)

Entre a primeira e a segunda guerras mundais, romancistas, cronistas, ensaístas, sociólogos e jornalistas manifestavam-se e posicionavam-se em torno das contendas políticas internacionais. Na medida em que um novo conflito mundial tornava-se iminente, o descompasso entre a política externa do governo de Getúlio Vargas e o ambiente doméstico autoritário tornaram-se tema de muitos artigos e manifestos destes intelectuais. E, entre as tensões da autonomia criativa e o comprometimento político, intelectuais acabaram por introduzir a cultura como elemento que articulou o papel social que estabeleceram para si mesmos e seu papel de grupo no espaço público. Assim, a proposta aqui é, através das trajetórias de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Aníbal Machado e o romance que criaram coletivamente (Brandão entre o mar e o amor, 1941-1942), mostrar como as relações entre a opção político-partidária do escritor, sua obra e o contexto político revelam-se, amiúde, de forma sutil.

Palavras-chave: Política, Nacionalismo, Literatura.

Between the first and second world war, novelists, columnists, essayists, journalists and sociologists manifested itself and positioned themselves around the international political disputes. To the extent that a new world war became imminent, the gap between the foreign policy of the government of Getúlio Vargas and the home environment authoritarian became the subject of many articles and manifestos of these intellectuals. And tensions between the



political commitment and creative autonomy, intellectual culture it was introduced as an element which articulated the social role they have set for themselves and their role in the group of public space. Thus, the proposal here is, through the paths of Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego and Anibal Machado and romance that collectively created (*Brandão entre o mar e o amor*, 1941-1942), show how the relationships between the party-political preference of the writer, his work and the political context reveal themselves, often so subtle.

Keyword: Politics, Nationalism, Literature.

O entre guerras no Brasil é um momento particularmente significativo para perceber como os intelectuais imprimiram a marca da cultura nos debates sobre a política doméstica e internacional. As trajetórias de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Anibal Machado mostram que as relações entre a opção político-partidária do escritor e sua obra revelam-se, amiúde, de forma sutil². Nesta escolha, os intelectuais articulam-se como um grupo social cuja capacidade e intencionalidade de intervenção política são postas na própria construção dessas experiências. Certamente, os temas da nação e do nacionalismo dissolveram muitas diferenças, mas a singularidade deste engajamento que se organiza através da tensão entre o internacionalismo e o nacionalismo. Aqui os temas da História Contemporânea são resgatados: guerra, nazifascismo, revolução, nacionalismo e cultura irrompem nos manifestos e na própria produção cultural.

Em 1933, algumas dezenas de organizações sociais foram articuladas para fazer frente a esses temas: Comitê Antifascista Brasileiro; Frente Única Antifascista; Comitê de Luta Contra a Guerra, contra o Fascismo e a Reação; Comitê Estudantil Antiguerreiro; Comitê Antifascista Italiano de São Paulo; Comitê Antifascista Lituano de São Paulo; Federação Operária de São Paulo; Legião Cívica 5 de Julho; Grêmio Universitário Socialista; União dos Trabalhadores Gráficos; Liga Comunista; Partido Socialista Italiano; Bandeira dos 18; Grupo Itália Libera; Centro de Resistência dos Trabalhadores. Entre outras tantas, essas organizações passaram a ser alvo de investigação policial e constantemente citadas em seus relatórios como “comunista”, foram logo enquadradas na infração de “subverter a ordem”.

Numa noite de fevereiro de 1934, o Teatro Municipal de Niterói abrigou a Conferência Antiguerreira. Eram aproximadamente 20 h quando as mil e duzentas pessoas presentes



ouviram as conferências de vários trabalhadores, jornalistas, deputados, escritores e artistas. Segundo o relatório de Serafim Braga³, chefe da Seção de Segurança Política e Social, enviado ao Chefe de Polícia do DF, Filinto Müller, todos os oradores trataram do mesmo tema:

[...] dizendo o seguinte: - ‘Devemos lutar contra as guerras imperialistas, armadas pela burguesia. O capitalismo podre e agonizante de toda a parte se une no combate aos soviets chineses e à União Soviética porque esta é a única pátria dos trabalhadores livres, onde não há fome, desemprego, guerra e desigualdades sociais. O Brasil, a serviço do capitalismo americano, também se intromete na grande chacina do Chaco Boreal e da Letícia, onde lutam os capitalismo americano e inglês. As nossas fábricas guerreiras trabalham diariamente. Os flagelados e os famintos são mobilizados para servirem à causa dos plutocratas americanos. Não há dinheiro para auxiliar desempregados, mas para a guerra o governo gasta a rodo. Diante dessa odienta política e do fascismo policial que veta aos trabalhadores qualquer liberdade de ação ou de propaganda, que deve a massa de exploradores [sic] fazer? Organize-se para o combate e para a luta. Que ninguém preste qualquer auxílio, moral ou material, à guerra. À guerra sanguinária, imperialista e de rapina, devem todos opor a guerra de classes, aquela que, apoiando a União Soviética, vem libertar os trabalhadores do mundo. Essa é a única guerra justa, a que se deve apoiar e incentivar.’ – Quase todos os oradores se declararam comunistas internacionais, sendo contrários à ideia de pátria, que foi conspurcada e atacada por eles. Com as mais negras imagens repudiaram o sentimento do patriotismo, inato em todo e qualquer homem, pois é consubstancial com a natureza humana. [...] Todos os oradores atacam a ditadura, o Ministério do Trabalho e a organização fascista da polícia. [...]’⁴

As veleidades literárias do delegado de polícia constituem um discurso que estabelece uma relação direta entre a qualidade patriótica e a “natureza humana”. Científico sem o ser, tal discurso rotula: patriotismo é “consubstancial” à raça humana e aqui o nacionalismo se faz conservador.

Por outro lado, o internacionalismo identificado pelo delegado nos discursos dirigem-se aos conflitos entre as nações. No âmbito regional, a Questão Letícia (1922-1934), envolvendo Peru e Colômbia, e a Guerra do Chaco (1928-1933), envolvendo Bolívia e Paraguai, ameaçavam o território e as relações comerciais do Brasil. No caso da Questão Letícia, a mediação brasileira leva ao tratado de paz de em 1934, após 18 tentativas de negociações.



Brasil e Argentina mediarão, a partir de 1933, as negociações na Guerra do Chaco e conseguiram a assinatura dos países em conflito no Protocolo de Paz (1935) e no Tratado Definitivo (1938).

O posicionamento de parte dos intelectuais e dos movimentos antibelicistas nestes conflitos regionais introduzem a ideia de soberania nacional e consubstanciam-se em um nacionalismo de defesa das fronteiras.

No Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, em agosto de 1934, houve outra ocorrência envolvendo a polícia e o Comitê Antiguerrero, cuja sede de São Paulo já havia sido fechada pela polícia há um ano. No entanto, no Rio realizou-se o Congresso Nacional, cujo encerramento foi brutalmente invadido por policiais armados que dispersaram a reunião a tiros. Calculou-se a presença de mais de 1500 pessoas, que para fugirem da violência e dos gases lacrimogêneos da polícia ficaram, em alguns grupos, acucados nas ruas arredores do teatro. A ação policial, comandada por Filinto Müller e Serafim Braga, causou má impressão na opinião pública. A imprensa, o parlamento e autoridades pediam explicações ao ministro da justiça, Vicente Rao.⁵

Sempre em nome da “ordem” e da “segurança nacional”, a polícia justificava mais uma vez os atos arbitrários. Em novembro, os deputados Álvaro Ventura e Waldemar Reikdal enviaram um ofício ao MJNI informando sobre as ações arbitrárias e violentas da polícia contra os trabalhadores, suas organizações e “demais órgãos de sua defesa”. Mas o que mais incomodou no dito ofício, foi a exigência feita pelos deputados de que se apurasse imediatamente o paradeiro do jornalista Apparício Torelly⁶, espancado e sequestrado há dias.⁷ Esse episódio ficou conhecido porque toda imprensa não governista solicitou informações e medidas das autoridades competentes.

Em 1934, o jornalista e humorista havia fundado, com Aníbal Machado, Pedro Mota Lima e Osvaldo Costa, o Jornal do Povo. O jornal publicou, em fascículos, a história do marinheiro João Cândido, líder da revolta dos marinhos de 1910. Eis a motivação do sequestro. Alguns oficiais da Marinha, contrários à história, sequestraram e espancaram o jornalista. Ao voltar para sua sala na redação do jornal, o jornalista pendurou uma placa: “Entre sem bater”.



No mês seguinte foi a vez de outro jornalista: Pedro Mota Lima. Preso no dia 12 de dezembro de 1934 pelo tenente Fernando Pereira Cardoso; e o deputado João Vitaca (entre outros que assinaram o ofício) solicitou informações ao MJNI sobre a legalidade dessa prisão: quem ordenou e autorizou a prisão e qual a alegação usada? Em resposta, Müller foi obrigado a colocar o jornalista em liberdade.⁸

A criação da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI)⁹ foi uma tentativa de frear a onda de censura e violência da polícia política. Toda a correspondência enviada por deputados da Câmara Federal ao MJNI, solicitando informações a respeito de ações policiais, era articulada pela oposição parlamentar, através da CJPI. Essa oposição era composta por deputados descontentes com a crescente centralização do poder nas mãos da presidência da república, que passara a governar o país via decretos-leis.¹⁰ Além dos parlamentares, participavam da comissão, entre outros, Caio Prado Júnior, Aureliano Guimarães, Athos Ribeiro, Raul Cardoso de Melo Filho, Walfrido Prado Guimarães, Waldemar Rocha Barros, João Lúcio Bittencourt, Clóvis Amaral, Getúlio de Paula Santos, Paulo Marzagão, Cícero Ferreira de Abreu, Eneas Teixeira de Carvalho, José Pires, Pedro Bueno e Renato Werneck,¹¹ que passavam a se ocupar de atos ilegais da polícia e do acompanhamento de presos e perseguidos políticos.

Em janeiro de 1935, a CJPI denunciou publicamente que centenas de trabalhadores e intelectuais estavam sendo:

[...] vítimas do terror branco que se espalha por todo o país, constatando que tais presos estão submetidos a um regime de torturas e incomunicabilidade. O poder judiciário, requisitando informações da polícia, está, no entanto, na impossibilidade de deferir as ordens requeridas segundo os despachos proferidos, visto que os delegados carcereiros dos presos, da ordem política e social, têm negado as inumeráveis prisões que vêm efetuando nesta capital e em todo o interior. As buscas e apreensões não têm dado resultado legal, visto que a polícia remove os presos, de um para outro lado, dificultando a ação dos advogados. [...]¹²

A chamada Lei Monstro só seria aprovada em abril, mas a existência de seu projeto como forma de controle legal dos dissidentes já estava em vigor e funcionando. Em dezembro de



1934, um manifesto assinado por várias organizações contrárias ao governo, bem o demonstra:

Ao proletariado e às massas populares de São Paulo! Trabalhadores manuais e intelectuais sem distinção de tendências políticas, credos religiosos, nacionalidade ou cor! A todos os homens de consciência livre! O crescimento da reação, da violência, de selvagens métodos fascistas, e de um governo que arma os integralistas [...]. No grave momento em que a polícia política metralha comícios populares; vareja e varre a bala os sindicatos operários, no Rio, Espírito Santo, em Minas, em São Paulo etc; prende, espanca, deporta e mata os que ousam ter ideias e defendê-las; como o bárbaro assassinato de Tobias Warschawsky, e a deportação de Deícola dos Santos, Augusto Besouchet, Henrique Covre, Ferreira Lima, Bernardo Chernizer, Natalino Rodrigues e tantos outros; no momento em que a camarilha dominante ataca os últimos restos das liberdades populares e incitam as provocações dos mercenários integralistas, - as organizações abaixo assinadas conclamam as massas populares e a todos os homens de consciência honesta a protestarem contra a reação e o fascismo, e a apoiarem a CJPI - Assembléia de Frente Única Popular, Liga Lombarda. Assinam: Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo; Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo; Socorro Vermelho do Brasil; União dos Alfaiates; Comitê das Mulheres Trabalhadoras; Legião Cívica 5 de julho; Federação da Juventude Comunista; Ala antifascista do Sindicato dos Condutores; PCB/Região de São Paulo; Oposição ao Sindicato dos Bancários; Oposição do PSB/Secção de São Paulo e Liga Comunista Internacionalista-Região de São Paulo. São Paulo, 10 de dezembro de 1934.¹³

É nesse ambiente e com lideranças desses movimentos aqui elencados que surge a Aliança Nacional Libertadora.¹⁴ O manifesto programa da Aliança reivindicava o cancelamento das dívidas imperialistas, nacionalização das empresas estrangeiras, liberdade de manifestação e fim dos latifúndios. Os comunistas, juntamente com outros aliancistas, assumiram a defesa de um “desenvolvimento nacional” que vinha sendo barrado pela política imperialista de Vargas, a serviço dos EUA e da Inglaterra, apoiado pelos latifundiários brasileiros. O governo Vargas, que a princípio assumira a defesa deste mesmo “desenvolvimento nacional”, em 1934/1935 não havia conseguido implantar suas propostas iniciais de acordo com o programa da Aliança. Basicamente, as propostas da ANL giravam em torno de medidas que permitissem o



desenvolvimento econômico e de soberania nacional. Ao mesmo tempo podemos constatar a ausência de reivindicações sindicais e operárias.

Nos poucos meses de legalidade da Aliança, muitos escritores e artistas se integram em suas atividades. Talvez pela quantidade de escritores e artistas na ANL, foi fundada a Liga de Defesa da Cultura. No manifesto de fundação da Liga aparecem vários nomes de futuros comunistas, além dos que já haviam ingressado no PCB: Rubem Braga (que pertencia também à direção nacional da ANL), Brasil Gerson (jornalista), Acrísio Viana (advogado), Sadi Garibaldi (jornalista), Genolino Amado (advogado), Benjamin Soares Cabello (jornalista), Carlos Lacerda (estudante, que na reunião de fundação da ANL propôs Luiz Carlos Prestes – ainda em terras soviéticas - como presidente de honra da entidade sido por isso amplamente aplaudido), Maria Werneck de Castro (advogada), Anibal Machado (escritor), Aparício Torelli (jornalista), Santa Rosa (desenhista), Jorge Amado.

Em 30 de março, a ANL foi lançada num grande evento no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, do qual participaram centenas de pessoas. Nos meses seguintes, a ANL contou com a participação entusiástica de milhares de pessoas, personalidades do mundo político institucional, membros de sindicatos, escritores, intelectuais, médicos, jornalistas, membros de organizações partidárias, trabalhadores, estudantes, donas de casa, militares, funcionários públicos, etc. Organizaram-se várias manifestações públicas, conferências, debates, comícios, passeatas, manifestos.

Em 26 de abril, a ANL foi lançada em São Paulo e Caio Prado Júnior foi aclamado presidente estadual, numa grande manifestação no Cassino do Parque Antártica.¹⁵ No início do mês, no entanto, o governo federal temendo a onda de manifestações públicas pela democracia e contra suas medidas políticas de repressão e controle sociais, decidiu colocar em votação, no Congresso Nacional, a Lei de Segurança Nacional, aquela Lei Monstro à qual se referiu o presidente da CJPI, quando ainda estava em fase de elaboração pelo Ministro da Justiça Vicente Rao,¹⁶ em janeiro de 1935.

No dia 4 de abril, o Congresso aprovou a referida Lei, com ampla maioria dos votos. À oposição parlamentar só restava protestar e continuar pressionando os chefes do governo com base no dispositivo n. 21 do artigo 113 da Constituição de 1934. Mas nada pôde barrar a ofensiva do governo contra a ANL.



Num grande comício, no Rio de Janeiro, organizado pela ANL em comemoração ao aniversário dos combates tenentistas de 5 de julho, o esperado orador, Luiz Carlos Prestes, fez duras críticas ao governo, terminando com as frases: “Por um governo Popular Nacional Revolucionário! Todo poder à ANL!”. Dois dias depois, Filinto Müller ordenou o fechamento do jornal A Manhã, órgão oficial da ANL, que funcionou de 24 de abril a 27 de novembro. Houve, ainda, muitas invasões policiais em sindicatos e muitos dirigentes foram presos.

O discurso de Prestes foi o motivo que faltava para a grande ofensiva policial e o decreto de sua ilegalidade. O ambiente, no entanto, já havia sido preparado pelo jornal O Globo, que no dia 26 de junho publicou em suas duas edições diárias, um suposto plano subversivo para implantar o comunismo no Brasil.¹⁷ No dia 11 de julho foi assinado o decreto de fechamento da ANL e a sociedade civil viu, gradualmente, o fechamento do regime de governo.

A guerra na Europa tornava-se cada vez mais próxima e com a Guerra Civil Espanhola intelectuais e artistas brasileiros rearticulam-se em torno da defesa dos republicanos espanhóis.

No dia 2 de setembro de 1937, a revista Dom Casmurro publicou um manifesto assinado por vários intelectuais, em defesa dos republicanos espanhóis. A Guerra Civil Espanhola passava a ser o símbolo da luta contra o nazifascismo e da defesa da república e da democracia:

Nós, intelectuais brasileiros, patriotas e democratas, fiéis à nossa consciência, não podemos silenciar mais ante o que se passa nas terras desgraçadas da Espanha. Esta nossa atitude tem apenas o sentido de uma pura demonstração de amor à liberdade e à cultura, tão ameaçadas pelas hordas do fascismo internacional, no país que deu ao patrimônio da humanidade figuras como Goya e Cervantes.¹⁸

O manifesto foi assinado por José Lins do Rego, Oswald de Andrade, Anibal Machado, Adalgisa Nery, Jorge Amado, Marques Rebelo, Graciliano Ramos, Álvaro Moreira, entre outros. Esse manifesto foi um dos primeiros documentos que expressou a defesa da República Espanhola pelos escritores brasileiros.



Mas havia um sentimento entre os escritores brasileiros que extrapolava as fronteiras da Espanha. Em um artigo publicado na revista Problemas, dias depois da publicação do manifesto, a defesa da república espanhola ganhou outras dimensões:

Há dois mundos e duas políticas nos dias que correm [...] Esses dois mundos significam duas mentalidades. O espírito humano como se dividiu, numa dessas horas grandes do tempo, no qual a condensação das idéias políticas traça dois caminhos e ninguém pode fugir de uma definição de atitudes. [...] mas, para ser nobre, o homem tem de projetar a sua posição individual à média das satisfações coletivas. [...] O heroísmo do povo espanhol teve o poder extraordinário de retardar a ofensiva fascista, enquanto os países democráticos arregimentavam as suas forças.¹⁹

Na Europa, a ameaça de uma nova guerra mundial tornava-se mais concreta, já tendo ocorrido o putsch nazista na Áustria em 1934, a guerra na Etiópia em 1935, a recuperação nazista da Renânia em 1936, a invasão japonesa na China em 1937 e estavam às vésperas da ocupação alemã na Áustria e em Munique, que de fato ocorreu em 1938. Dentre estes episódios que confirmavam, a cada ano, a eclosão da guerra de proporções mundiais, a Guerra Civil Espanhola tornou-se símbolo dos mais diversos grupos antiguerreiros, fossem socialistas, comunistas ou democratas. Mas houve dissensões.

Mais do que despertar a curiosidade de alguns escritores comprometidos com a luta antifascista e democrata, a Guerra Civil Espanhola tornou-se portadora da esperança de que uma guerra de proporções mundiais não acontecesse: esperava-se que a Espanha resistisse a Franco e barrasse a ofensiva nazifascista na Europa e no mundo.

Porém, os acontecimentos na França foram determinantes para o desfecho da Guerra Civil Espanhola e para o início da II Guerra Mundial. Num primeiro momento, o Partido Comunista Francês tentou organizar e centralizar as manifestações internacionais de apoio aos republicanos espanhóis. Em 1936, instalou-se na França o governo de Léon Blum, intelectual e líder do Partido Socialista Francês. As eleições deram vitória esmagadora para os candidatos da Assembleia Popular. André Malraux, que havia estudado com Blum, foi convidado pelo Ministério da Aeronáutica a ir para a Espanha tratar com os republicanos se era possível a França enviar alguma ajuda militar.



Ainda que o governo francês não tenha efetivamente contribuído com os republicanos espanhóis, o caso de Malraux irradiou-se por todo o mundo. Diversos intelectuais participaram da Guerra Civil Espanhola, acompanhando as notícias pelos rádios e jornais, divulgando os acontecimentos ou participando da guerra na frente de batalha, como soldados. Entretanto, a participação destes diversos intelectuais na guerra espanhola acabou sendo mais uma forma de pressionar os governos de outros países em defesa da República espanhola e, mais importante do que isto, formar uma coalizão de diversos governos contra a ameaça nazifascista.

Os intelectuais eram organizados na Brigada Internacional, que se encarregava de enviá-los para frente de batalha. Dai resultou uma certa literatura. Os casos são conhecidos. Ernest Hemingway publicou *Por quem os sinos doam*, romance e documento, no qual o autor enfatizou a importância da participação na guerra. Através do personagem Jordan, Hemingway afirmou:

Malgrado toda a burocracia, ineficiência e esterilidade da luta partidária, havia lá algo do sentimento que o jovem católico experimenta na primeira comunhão. Um sentimento de consagração a um dever para com todos os oprimidos do mundo, tão difícil de definir como o de uma experiência religiosa qualquer; e, no entanto, tão verdadeiro como o de quem ouve Bach [...]. Era a integração da criatura numa fé profunda e num profundo sentimento de confraternidade entre todos os do mesmo credo.²⁰

Jordan, entretanto, por pouco tempo sentiu-se assim, logo veria os horrores da guerra. Talvez, este tenha sido também o caso de George Orwell. Em seu ensaio *Recordando a Guerra Civil*, ele explica:

A luta da classe trabalhadora é como o crescimento de uma planta. A planta é cega e estúpida, mas sabe o bastante para continuar subindo para a luz, e fará isso a despeito de todas as dificuldades e empecilhos. Pelo que estão lutando os trabalhadores? Apenas pela vida decente que cada vez mais sabem ser tecnicamente possível. Sua consciência desse objetivo aumenta e diminui. Na Espanha, por algum tempo, as pessoas agiam conscientemente, marchando para uma direção que desejavam seguir e visando uma meta que acreditavam poder atingir. Isso explica o sentimento curiosamente alegre que a vida da Espanha do Governo apresentou nos primeiros meses da guerra. As pessoas comuns



sabiam, sentiam nos próprios ossos, que a República era sua amiga e Franco o seu inimigo. Sabiam estar certas, pois lutavam por algo que o mundo lhes devia, e podia proporcionar-lhes. É preciso lembrar disso para ver a guerra civil espanhola em sua verdadeira perspectiva.²¹

As razões de Hemingway e Orwell foram, provavelmente, as mesmas de Nicola Chiaromonte, Lazlo Rajk, Alexei Tolstói, Anna Seghers, Jean-Richard Bloch, Antoine de Saint-Exupéry, John Dos Passos, Arthur Koestler, Gustav Regler e vários outros.

No Brasil, várias manifestações de escritores em apoio aos republicanos espanhóis foram aparecendo nas revistas de literatura e cultura e não tinham ligações diretas com o movimento comunista, ainda que a União Soviética tenha tentado canalizar os sentimentos em torno dos republicanos espanhóis. Foi o caso de Osório Borba, Érico Veríssimo, Alfredo Tomé, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, entre tantos outros. Mas com a perspectiva da derrota dos republicanos espanhóis cada vez mais certa, alguns periódicos brasileiros tentavam ainda manter a esperança de vitória.

Mas com a derrota dos republicanos espanhóis, o sentimento que emerge é o de derrota da “civilização”. A ideia de que uma “civilização” estava sendo perdida aparece em diversos artigos. Com a deflagração da guerra, no entanto, essa ideia assoberbou-se e no editorial da revista Cultura ela encheu-se de significação:

Ninguém tenha dúvida de que a tragédia que se desencadeia na Europa, representa o crepúsculo de uma civilização. O poder de destruição da guerra moderna, a desenvoltura cínica de certos povos manifesta na apreciação do que sejam os direitos e as liberdades do homem do nosso século, contribuirão para que a guerra total desencadeada pelo poder totalitário sobre a Europa, seja uma guerra que marcará as fronteiras de um novo ciclo histórico. A imagem do futuro anuvia-nos o olhar perquiridor. Há interrogações sombrias sangrando a memória de nossas emoções, porque nesta impressão de estranheza que nos afeta, diante da tragédia dessa triste contingência dos fatos consumados, somos que alheios de nós mesmos. [...]²²



Somou-se à formação deste, digamos, espírito democrático mas “alheio” a si mesmo, certa conviência frente à decretação do Estado Novo. Mas em relação à guerra que já se encontrava em pleno desenvolvimento, escritores e artistas brasileiros foram logo tomando uma posição. Graciliano Ramos foi convidado por Aníbal Machado para escrever uma novela coletiva. Além de Machado e Graciliano, escreveriam no romance Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado. No início de 1941, reuniram-se e combinaram que o romance seria escrito sem um plano de redação ou um enredo preestabelecido. Cada um escreveria a sequência do anterior. Escolheram Jorge Amado para escrever o primeiro capítulo.

Intitulado “Mais que branca, mais que pálida”, o capítulo descreve a vida de um casal, Brandão e Lúcia, proprietários de uma fazenda, que recebe a visita de um antigo amigo de Brandão, Mário. Entre as primeiras cenas do romance há uma explicação sobre o passado de Brandão. Seu pai, Dr. Luís de Sousa Brandão, formado em Direito, tornou-se um reconhecido desembargador na capital brasileira. Dr. Luís sonhava que o filho seguisse a mesma carreira; no entanto, Brandão não se animava. Chegou a ingressar no curso, mas logo o abandonou para ir trabalhar em um circo.

Mas, no circo, Brandão não encontrou grande paixão. Embarcou em um navio rumo ao continente europeu e se tornou marinheiro. Brandão sentia, desde a infância, uma forte atração. O pai, a esta altura, já havia desistido de tentar convencer o filho a retomar sua carreira. Brandão passou muito tempo no mar, até conhecer Lúcia.

Lúcia havia embarcado no navio em que Brandão trabalhava. Numa noite, Brandão foi ao convés apreciar a lua e as estrelas e acabou conhecendo Lúcia. Fora amor repentino, logo resolveram se casar. Assim, Brandão retorna ao Rio de Janeiro. Ao reencontrar sua mãe, D. Elizabeth, Brandão recebeu a notícia da morte de seu pai. Decidiram, então, retomar as atividades da fazenda da família. Brandão, Lúcia e D. Elizabeth foram viver na fazenda, localizada no interior do Estado do Rio.

Brandão, por causa dos negócios da fazenda, sempre ia ao Distrito Federal. Em uma dessas vezes, encontrou-se com Mário. Brandão o conhecerá na Faculdade de Direito, nos poucos meses em que frequentou o curso. Mário lhe contou que havia terminado o curso, que trabalhava como advogado e como sua vida havia se tornado um inferno. Casou-se com a filha de um renomado advogado, mas que sua vida conjugal havia perdido a alegria. Brandão



ficou comovido com a situação do amigo e o convidou para passar alguns dias na fazenda, onde poderia descansar, respirar outros ares.

O segundo capítulo, “O mistério de Brandão (Glória)”, foi entregue a José Lins do Rego. O capítulo é uma minuciosa descrição de Glória, esposa de Mário. Nascida loira, de olhos azuis e a pele muito clara, Glória sempre fora a “glória” da família. Seu pai realizava todos os desejos da menina acreditando ser ela uma verdadeira rainha e foi acreditando que era uma rainha que Glória tornou-se mulher. Frequentava os bailes, as festas e as recepções da alta sociedade, era cobiçada pelos melhores “partidos” da cidade e, no entanto, já cansada da adoração de seu pai, resolveu casar com um “mediocre” advogado, Mário. Glória era ardilosa: decidiu casar-se com Mário para se ver livre da autoridade do pai. Mário, ela acreditava, não representava qualquer ameaça à sua liberdade, já que o futuro esposo possuía um declarado sentimento de inferioridade em relação a ela. Mário resolve ir visitar o amigo na fazenda, e durante sua estadia acabou adoecendo, obrigando Brandão a enviar um telegrama à Glória, solicitando sua presença.

Graciliano Ramos escreveu o capítulo seguinte. A doença de Mário havia piorado, passando a ter uma constante febre alta e com ela vieram os delírios. Nos momentos de lucidez, Mário escrevia um diário, no qual o amigo Brandão era definido com adjetivos sórdidos, à Glória nenhum carinho ou consideração. Lúcia, no entanto, era tratada com palavras apaixonadas. Aníbal Machado se encarregou do quarto capítulo. Como o título do capítulo já sugere, “O mar triunfante”, Brandão andava triste e desanimado com a vida na fazenda. Pensava na casa sempre cheia de gente (o doente, sua esposa, o médico, o padre, os fiéis que seguiam o padre, etc.) e isso aborrecia sua alma de marinheiro. Nem mesmo Lúcia, outrora dona de sua felicidade, conseguia lhe dar ânimo para continuar vivendo; ao contrário, a esposa tinha se tornado misteriosa, recebendo cartas e visitas de pessoas que ele não conhecia. Então:

Ligou o rádio, tentou ouvir o mundo, como vinha fazendo todas as noites. Era sempre o noticiário de guerra que o atraía. As estações anunciavam novos ataques aos comboios, navios que iam para o fundo do mar. Muitos eram barcos conhecidos com os quais cruzara no oceano, perto dos quais ancorara nos portos. Tanta destruição! E os companheiros que já teriam morrido! [...] Ele mesmo, Brandão, desertara de tudo. O único talvez que abandonara a vida de marinheiro no maior momento da história do mar...²³



O mar e o sentimento de ter fugido de sua responsabilidade como marinheiro que defenderia os navios brasileiros, que estavam sendo atacados por navios estrangeiros. E a Europa que ardia em chamas. Brandão se punia: sou um covarde, enquanto o mundo precisa de mais um marinheiro, estou aqui escondido. Um dia, sem avisar ninguém, partiu. Seu destino era o mar, a luta. Passado algum tempo, Brandão escreveu à sua mãe e lhe explicou os motivos de sua partida:

Pela primeira vez na vida estou trabalhando por um ideal, eu que nunca lutei por ideal algum, que só me preocupei com a minha própria aventura. O mar tem um grande papel nessa guerra. É preciso que não passem por ele os que vêm escravizar a América. E isso depende bastante de nós que sabemos lidar com ele. Você pode imaginar como me sinto um outro homem, depois que tomei consciência da minha nova responsabilidade. A gente se sente menos insignificante tratando com as coisas grandiosas. O mundo de hoje está em tal situação que é uma vergonha para quem quer que seja ter de desertar dos acontecimentos. Era o que eu ia fazendo, levado por uma aventurezinha medíocre. [...] Parece que só agora começo a abrir os olhos.²⁴

O tom político de Aníbal Machado vira o enredo de ponta-cabeça. Como uma brincadeira, Jorge Amado lançou elementos de um romance “água com açúcar”: o protagonista conhece uma mulher pelo qual sente uma paixão arrebatadora. José Lins do Rego colocou uma pimentinha sexual no enredo: ao descrever Glória, tenta criar um triângulo amoroso. O enredo “água com açúcar” teve continuidade. Graciliano buscou, minuciosamente, a psicologia do personagem, mergulhando profundamente na personalidade de Mário. Mas é com Aníbal machado que o enredo ganha um novo rumo. O grande amor de Brandão por Lúcia transformou-se repentinamente em uma “aventurezinha medíocre”, num rompante de “consciência”, apronta-se para cumprir seu papel na guerra. Abandona a vida que levava para lutar por um ideal, para que a América não fosse escravizada. Não há nenhuma referência ao nazifascismo. Ao Eixo ou aos Aliados, à II Guerra Mundial.

Rachel de Queiroz trouxe de volta o protagonista à sua cidade natal. Não retoma os motivos pelos quais Brandão havia deixado a fazenda. Rachel de Queiroz afirmou muito tempo depois, que não tendo mais o que fazer com o enredo quando recebeu o romance, matou o protagonista.²⁵



O desfecho do enredo é bem sugestivo. Quando Brandão volta para sua cidade natal, resolveu ir ao cais contemplar o mar. Neste momento, Brandão viu um menino “pretinho” caindo no mar. Como o menino parecia estar se afogando, pulou no mar para tentar salvá-lo. Para voltar ao cais, já com o menino na mão, teve que ser ajudado e foi abatido por uma dispneia:

Olhou em torno de si, talvez procurando auxílio. Alguém falou que o homem precisava de espaço para respirar, e a multidão se afastou, lentamente, uns empurrados pelos outros. Brandão perdeu de vista as caras curiosas que o espiavam, e o seu olhar foi banhado de novo pela luz sangrenta do sol que se punha. Quando a ambulância chegou, já estava morto. E o médico que lhe fechou compassivamente os olhos não reparou que apagava ao mesmo tempo um lampejo vermelho de sol que ainda brilhava nas pupilas vazias.²⁶

É possível que a luz sangrenta do sol que Brandão viu no horizonte fosse a metáfora da Europa em guerra, que apagava um “lampejo vermelho”, a última esperança de um mundo melhor, que havia sido inspirado na URSS.

Mas em janeiro de 1942, ao final de uma reunião dos chanceleres da América, foi anunciado o rompimento de relações do governo brasileiro com os países que compunham o Eixo. Nos meses seguintes, 19 navios brasileiros foram torpedeados, na costa do país, por submarinos dos países do Eixo. Em 31 de agosto de 1942, o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha e ao Japão.

Pouco antes da declaração de guerra do governo brasileiro aos países do Eixo, a revista *Diretrizes* havia publicado um manifesto de intelectuais contra o nazifascismo.

Em uma carta a Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos, ao comentar as manifestações populares quando dos bombardeios aos navios brasileiros, reafirma o sentimento de impotência que lhe invadia o espírito, assim como acreditava que fosse um sentimento coletivo, ao menos entre os escritores:

[...] o pessoal das escolas saiu à rua, fizeram-se discursos diante dos jornais, houve gritos, canções patrióticas e até sambas carnavalescos. A multidão não tem discernimento: canta e berra maluquices, dá vivas e depois de algumas horas de excitação está rouca e suada. [...]. Estamos calmos, estamos calmos até demais, sem disposição para realizações notáveis. Mergulhamos suavemente numa espécie de banho morno, numa preguiça mole.



Aparentemente não sabemos quais são os nossos inimigos. Terão na verdade os alemães torpedeado os navios? Parece que não foram eles.²⁷

A oposição entre a atitude da multidão e a de um grupo de escritores reforça uma concepção que separa ambos os grupos e expressa seu desencanto com a “multidão”. A multidão não tem projeto político, é desvairada, dança conforme a música e fica rouca e suada. O sentimento de impotência frente a uma multidão sem projeto, sem o agir coletivamente, se transforma em sentimento de derrota. Assim também, Graciliano Ramos concebeu a situação dos escritores e da literatura que produziram no período.

Num artigo que foi publicado em meados de 1942, numa revista literária argentina, Graciliano fez um balanço do “romance nordestino” dos anos trinta, da produção de Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Amado Fontes:

Os nossos melhores romancistas viviam na província, miúdos e isentos de ambição. Contaram o que viram, o que ouviram, sem imaginar êxitos excessivos. Subiram muito - e devem sentir-se vexados por terem sido tão sinceros. Não voltarão a tratar daquelas coisas simples. Não poderiam recordá-las. Estão longe delas, constrangidos, limitados por numerosas conveniências. Para bem dizer, estão amarrados. Certamente ninguém lhes vai mandar que lhes escrevam de uma forma ou de outra. Ou que não escrevam. Não senhor. Podem manifestar-se. Mas não se manifestam. Não conseguem recobrar a pureza e a coragem primitivas. Transformaram-se. Foram transformados. Sabem que a linguagem que adotavam não convém. Calam-se. Não tinham nenhuma disciplina, nem na gramática nem na política. Diziam às vezes coisas absurdas - e excelentes. Já não fazem isso. Pensam no que é necessário dizer. No que é vantajoso dizer. No que é possível dizer.²⁸

Graciliano Ramos, ao iniciar o artigo, determinou um passado obscuro para a literatura nacional na virada do século XIX para o XX. Ligada ao academicismo, aos códigos literários estrangeiros, à linguagem “estranha”, à imitação, essa literatura estava alheia dos “fatos nacionais”. Então, surgiram os modernistas, que destruíram com picaretas a rigidez literária que os antecedeu. A “revolução de outubro” de 1930 cumpriria papel equivalente, destruindo preceitos.



Nesse momento, o Estado Novo já estava em franco declínio. A vitória dos Aliados já era certa e a continuidade de um regime ditatorial no país ficava cada vez mais difícil. Nesse sentido, os inquéritos policiais de controle político foram interrompidos pelas agitações políticas em torno das questões democráticas. Manifestos e manifestações passavam a ser recorrentes na vida do país, primeiro, em torno do apoio aos Aliados e, posteriormente, em defesa das liberdades democráticas no Brasil.

No início de 1945, Getúlio Vargas e o seu projeto político, posto em prática através do Estado Novo, lutava para permanecer no poder, mas havia dado amostras do barco furado em que se encontrava. A (re?) democratização institucional já era pensada como inevitável e as transformações já começavam a tomar forma na realidade. Não havia muito a ser feito pelos escritores, a não ser, se não quisessem sucumbir com o Estado Novo e com a guerra, posicionar-se a favor da democracia. Era o espaço político-institucional dos escritores que estava em jogo e, por isso, esta foi a questão central do Primeiro Congresso Brasileiro dos Escritores, organizado pela Associação Brasileira dos Escritores que funcionava nacionalmente desde 1942. A democracia não foi um tema secundário. Dessa forma, a ideia de um congresso unitário e consensual, que seria capaz de apresentar os escritores como uma força social organizada, foi alcançada.

No entanto, essa memória começou a ser construída no momento em que se decidiu organizar o Congresso. Todas as notícias, artigos e entrevistas publicadas em grandes jornais, em especial os de São Paulo, reafirmam essa proposição. Em primeiro lugar, a iniciativa do Congresso apresentou-se aos escritores como o marco de uma nova fase na “vida intelectual e cultural” do país, já que, através do Congresso, os escritores poderiam formar uma família (a metáfora orgânica não é estranha para o período, por que aqui estão envolvidos os aspectos profissionais e éticos) e assim surge a concepção de que poderiam ser uma força social organizada e, por isso, capaz de intervir nos seus próprios destinos e nos da “nação”.²⁹

Em segundo lugar, o Congresso apresentou-se com outro marco: a intervenção dos escritores nas questões políticas. A ideia de que naquele momento se fazia necessária e urgente uma intervenção coletiva, como “classe”, dos escritores era parte conclusiva das apreciações sobre a situação nacional e mundial, num premente pós-guerra. Se antes a avaliação era de que o nazifascismo havia colocado o “mundo civilizado” em perigo, agora, quando o nazifascismo já era força derrotada, seria necessário retomar e fixar os parâmetros desse “mundo



civilizado”. Nesse sentido, a defesa das mais amplas liberdades democráticas foi um dos elementos aglutinadores em torno da organização do Congresso e da mobilização dos escritores para um possível resultado positivo deste, que levaria os escritores como “classe” no caminho da intervenção na realidade social, imaginada como um futuro a ser construída em novos termos.

Foi esse solo comum que tornou possível a realização do evento e a construção dessa imagem consensual e unitária dos escritores, que abriram mão de seus problemas específicos (profissionais e literários) em função da reconstrução nacional e internacional de uma ordem democrática.³⁰ A discussão em torno da dignidade do escritor girava, portanto, entre esses dois aspectos, o material e o ético-moral, traduzido pelo novo sentido que dariam à política daí em diante.

Notas

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta de História Contemporânea no curso de História da Universidade Federal de Alagoas. Coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação em História (UFAL).

² Palamartchuk, A.P. Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948). Campinas, Tese de Doutorado, História/IFCH/Unicamp, 2003.

³ Harrison George, International Press Correspondence. Apud: Dulles, op. cit. Depois dos levantes de novembro de 1935, Serafim Braga chefiou pessoalmente todas as investigações e prisões que levaram à prisão de Luiz Carlos Prestes e centenas de outros acusados de participação na intentona. Com a prisão de Prestes, organiza-se uma campanha pela sua libertação que ganha dimensões internacionais.

⁴ Serafim Braga ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, “Relatório sobre a Conferência Anti-Guereira”, fevereiro de 1934, n. 2184. MJNI- Série A: Segurança Pública, cx. 75 - Arquivo Nacional.

⁵ Correspondência entre a Câmara dos Deputados, dep. João Vitaca, e o MJNI, 3 de setembro de 1934, n.1392/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN. Filinto Müller respondeu às solicitações de explicações, no entanto, depois de muita procura tanto na DESPES, quanto na própria correspondência do MJNI, desistimos da empreitada.

⁶ Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, o Barão de Itararé, nasceu no interior de uma diligência, no Estado do Rio Grande do Sul, em um local próximo à fronteira com o Uruguai, no dia 29 de janeiro de 1895. Em 1906 matricula-se, como interno, no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo-RS, onde faz o seu



primeiro jornal manuscrito, intitulado "Capim Seco", com tiragem de um exemplar, em 1909. Deixa o colégio após cursar o 5º. ano ginásial, em 1911. Anos depois, por pressão familiar, matricula-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre-RS, abandonando-a no quarto ano. "Pontas de Cigarros", "versos diversos" e "poemas bem humorados", o primeiro e único livro com seu nome verdadeiro, é publicado em 1916. A história profissional do Barão começou no jornal O Globo, ainda em 1925, quando se muda para o Rio de Janeiro. Logo a seguir, foi para o jornal A Manhã, de Mário Rodrigues, pai de Nelson Rodrigues, assinando a coluna "Amanhã tem mais...". Em maio de 1926, fundou seu próprio jornal, A Manhã, no qual inovou tanto na forma como no conteúdo. Sua linha editorial desmontava a falsa seriedade dos jornais da época e durou até 1960. Era chamado o "órgão de ataque de risos", mas foi censurado e fechado várias vezes durante o Estado Novo, só voltando a circular em 1945. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1971. In: Leandro Konder, Barão de Itararé, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

⁷Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, novembro/1934, n.1403/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

⁸Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, dezembro/1934, n.1413/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

⁹Ao que parece, a CJPI citada aqui é a mesma citada por Marly Vianna, Revolucionários de 35. Sonho e realidade, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 109 e 111. Mas no texto de Vianna aparece como Comitê Jurídico e Popular de Investigação. Infelizmente, a autora não cita suas fontes e por isso, não pudemos checar.

¹⁰Em relação à crescente centralização do poder nas mãos do presidente da república ver: Pinheiro, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil: 1922-1935. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 269-286.

¹¹Associação Jurídica e Popular de Inquérito, Pront. n. 262 - Deops - APESP.

¹²Gazeta Popular, Santos, 11 de janeiro de 1935.

¹³Associação Jurídica e Popular de Inquérito, Pront. n. 262 - Deops - AESP.

¹⁴É curioso pensar em como uma organização, cuja duração foi tão ínfima no espaço de tempo, tenha se tornado um símbolo lembrado até os dias de hoje como uma marca essencial na história da luta pela democracia em nosso país, manchada apenas pelos levantes comunistas de 1935. Afirmo isso porquê, numa pesquisa rápida nos sites da internet sobre o assunto, verifiquei que o Partido dos Trabalhadores, o Partido Popular e Socialista, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, carregam, ainda que seja através da memória de seus militantes, a bandeira da ANL.

¹⁵Relatório de 11 de junho de 1963, Setor de Arquivos e Fichários, pasta 30-k-33, doc. 174, vol. 1 - Deops - AESP.

¹⁶Vicente Paulo Francisco Rao (São Paulo, 1892-1978). Chefe de Polícia de São Paulo em 1930 e Ministro da Justiça entre 1934 e 1937.



- ¹⁷ O Globo, 26 de junho de 1935. 1a. e 2a. edições.
- ¹⁸ “Os intelectuais brasileiros e a democracia espanhola”, Dom Casmurro, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1937.
- ¹⁹ Nabor Caires de Brito, “Política de dois mundos”, Problemas, São Paulo, 15 de setembro de 1937, nº 2, p. 8.
- ²⁰ Ernest Hemingway, Por quem os sinos doam, São Paulo, Editora Companhia Nacional, 1976, p. 212.
- ²¹ George Orwell, Lutando na Espanha e Recordando a Guerra Civil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967, p. 261.
- ²² “Editorial”, Cultura, São Paulo, nº11, setembro de 1939.
- ²³ Jorge Amado et alli. Brandão entre o mar e o amor, (1a. edição São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942) Rio de Janeiro, Editora Record, 1981, p. 101.
- ²⁴ Idem, ibid., p. 128.
- ²⁵ Dênis de Moraes, O Velho Graça, op. cit., p. 197.
- ²⁶ Jorge Amado et alli. op. cit., pp. 156 e 157.
- ²⁷ Graciliano Ramos, Carta a Nelson Werneck Sodré, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1942. Inventário: Nelson Werneck Sodré/ Série: Correspondência Recebida (32,2,10 nº 78) - Seção de Manuscritos - Biblioteca Nacional.
- ²⁸ Graciliano Ramos, “Decadência do romance brasileiro”, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1941. Manuscrito - pasta: 1-1/cota: 10 - Título: crônicas, ensaios e fragmentos - Fundo: Graciliano Ramos - IEB - USP.
- ²⁹ Astrojildo Pereira, “Entrevista”, Folha Carioca, 29 de novembro de 1944. Florestan Fernandes, “A mobilização da inteligência”, Folha da Manhã, 21 de janeiro de 1945. Cruz Costa, “A inteligência brasileira foi chamada a cumprir seu dever para com o povo”, Folha da Manhã, 24 de janeiro de 1945. Paulo Zingg, “Depoimento”, Folha da Noite, 2 de janeiro de 1945. Manuel Bandeira, “Entrevista”, Folha da Noite, 26 de janeiro de 1945. Augusto Frederico Schmidt, “Entrevista”, Folha da Noite, 26 de janeiro de 1945. Osório Borba, “Toque de reunir”, Tribuna de Santos, 23 de janeiro de 1945. Especificamente sobre a história e outras experiências de luta pelos direitos autorais: Philip Carr, “Autores e seus direitos - Sociedade dos autores na França”, Folha da Manhã, 13 de janeiro de 1945. Philip Carr, “Autores e seus direitos - Sociedade de autores na Grã-Bretanha e nos EUA”, Folha da Manhã, 16 de janeiro de 1945.
- ³⁰ Idem, ibidem. Carlos Drummond de Andrade, “Entrevista”, Folha Carioca, 29 de novembro de 1945. Rubens do Amaral, “A mobilização da inteligência”, Folha da Manhã, 7 de janeiro de 1945.

Referências Bibliográficas:

AMADO Jorge et alli. **Brandão entre o mar e o amor**, (1a. edição São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942) Rio de Janeiro, Editora Record, 1981.

BRITO Nabor Caires de. **“Política de dois mundos”**. Problemas, São Paulo, 15 de setembro de 1937, nº 2.



“**EDITORIAL**”. Cultura. São Paulo, nº11, setembro de 1939.

HEMINGWAY Ernest. **Por quem os sinos dobram**. São Paulo, Editora Companhia Nacional, 1976.

ORWELL George. **Lutando na Espanha e Recordando a Guerra Civil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967.

Jornais

O Globo, 26 de junho de 1935. 1a. e 2a. edições.

Gazeta Popular, Santos, 11 de janeiro de 1935.